



RAÇA E TERRITÓRIO NAS JORNADAS DE 2013 NO RIO DE JANEIRO: EXPERIÊNCIAS DE ATIVISTAS E MILITANTES DA RAÇA NEGRA

Gislene da Silva¹

Luís Antonio Groppo²

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Alfenas, Minas Gerais

Resumo: No ano de 2013, o Brasil foi cenário de um ciclo massivo de protestos, capaz de aglutinar as mais diversas pautas, entre elas, as que articularam raça e território, assim como condições de trabalho. Este artigo analisa a relação entre raça e território como pautas interseccionais das Jornadas de 2013 no Rio de Janeiro, bem como a Greve dos “garis”, no Carnaval de 2014. O objetivo principal foi compreender como pessoas negras, marcadas pelo território e por sua condição racial, viveram este ciclo de protestos no município do Rio de Janeiro. A metodologia utilizada baseou-se na revisão bibliográfica e em sete entrevistas realizadas com militantes e ativistas das Jornadas de 2013 do Rio de Janeiro, três da raça negra e quatro da branca. Os resultados evidenciam que as Jornadas foram, para a população racializada e periférica, um momento de denúncia das violências sofridas por ela, principalmente a violência policial, mas também o descaso das políticas urbanas. Também temos que, para ativistas e militantes da raça negra, a formação política propiciada pela participação nas Jornadas estimulou elas e eles a buscar a política institucional.

Palavras-chave: Jornadas de 2013; raça; território; formação política; militância e ativismo negro; Rio de Janeiro.

RACE AND TERRITORY IN THE 2013 PROTESTS IN RIO DE JANEIRO: EXPERIENCES OF BLACK ACTIVISTS AND MILITANTS

Abstract: In 2013, Brazil was the scene of a massive cycle of popular demonstrations. This movement, popularly known as the 2013 Journeys, was

¹ Mestra em Educação pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Minas Gerais, Brasil.

E-mail: gislene.silva@sou.unifal-mg.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2581-9675>

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor adjunto da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Alfenas, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: luís.groppo@unifal-mg.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0143-516>.



initiated by the Free Pass Movement with the agenda of increasing Brazilian public transportation fares. Just as the movement became multifaceted, its agenda, which was initially unified, transformed into thousands of agendas. This article analyzes the relationship between race and territory as intersectional issues in the 2013 Journeys in Rio de Janeiro. The main objective was to understand how black people marked by territory, as defining element of their ills, experienced the cycle of protests during the 2013 Journeys in the city of Rio de Janeiro. The methodology used was based on a literature review and seven interviews with militants and activists from the 2013 Journeys in Rio de Janeiro. The results show that the 2013 protests were a space for the racialized and peripheral population to denounce the violence they suffered, especially police violence committed in greater proportion against black boys, adolescents, young people, and men. The 2013 protests also served as a political training ground that fostered the construction of new identities active in institutional politics.

Keywords: 2013 Journeys; race; territory; political formation; black militancy and activism.

RAZA Y TERRITORIO EN LAS JORNADAS DE 2013 EN RÍO DE JANEIRO: EXPERIENCIAS DE ACTIVISTAS Y MILITANTES NEGROS

Resumen: En 2013, Brasil fue escenario de un ciclo masivo de protestas, capaz de aglutinar las más diversas agendas, entre ellas, las que articulaban raza y territorio, así como condiciones de trabajo. Este artículo analiza la relación entre raza y territorio como temas interseccionales de las Jornadas de 2013 en Río de Janeiro, así como en la huelga de los garis barrenderos durante el Carnaval de 2014. El objetivo principal fue comprender cómo las personas negras, marcadas por el territorio y por su condición racial, vivieron este ciclo de protestas en el municipio de Río de Janeiro. La metodología utilizada se basó en la revisión bibliográfica y en siete entrevistas realizadas a militantes y activistas de las Jornadas de 2013 de Río de Janeiro, tres de raza negra y cuatro de raza blanca. Los resultados evidencian que las Jornadas fueron, para la población racializada y periférica, un espacio de denuncia de las violencias sufridas por las personas negras, principalmente por parte de la policía, pero también por el descuido de las políticas urbanas. También tenemos que, para los activistas y militantes de raza negra, la formación política propiciada por la participación en las Jornadas los estimuló a buscar la política institucional.

Palabras clave: Jornadas de 2013; raza; territorio; formación política; militancia y activismo negro; Río de Janeiro.



RACE ET TERRITOIRE DANS LES MANIFESTATIONS DE 2013 À RIO DE JANEIRO: EXPÉRIENCES DE MILITANTS ET ACTIVISTES NOIRS.

Résumé: En 2013, le Brésil a été le théâtre d'un cycle massif de manifestations, capable de rassembler les thèmes les plus divers, parmi lesquels ceux qui articulent race et territoire, ainsi que les conditions de travail. Cet article analyse la relation entre race et territoire en tant que thèmes intersectionnalité des Journées de 2013 à Rio de Janeiro, ainsi que lors de la grève des éboueurs, pendant le carnaval de 2014. L'objectif principal était de comprendre comment les personnes noires, marquées par le territoire et leur condition raciale, ont vécu ce cycle de manifestations dans la municipalité de Rio de Janeiro. La méthodologie utilisée s'est appuyée sur une revue de la littérature et sur sept entretiens réalisés avec des militants et des activistes des Journées 2013 de Rio de Janeiro, trois de race noire et quatre de race blanche. Les résultats montrent que les Journées ont été, pour la population racialisée et périphérique, un espace de dénonciation des violences subies par les personnes noires, principalement policières, mais aussi du mépris des politiques urbaines. Nous constatons également que, pour les activistes et militants noirs, la formation politique offerte par la participation aux Journées les a encouragés à s'engager dans la politique institutionnelle.

Mots clés: Journées 2013 ; race ; territoire ; formation politique ; militantisme et activisme noir ; Rio de Janeiro.



INTRODUÇÃO

Em 2013, o Brasil vivenciou um ciclo de protestos de rua de grande magnitude, o maior já registrado em sua história recente, conhecido como as Jornadas de 2013. Esses protestos se inserem em um contexto internacional mais amplo. Para Gerbaudo (2022), as Jornadas integram um ciclo global de mobilizações denominado pelo autor de “revoltas das praças”, iniciado com a Primavera Árabe, em 2010. Tais revoltas não se constituíram apenas como uma resposta à crise econômica mundial desencadeada em 2008, mas expressaram, sobretudo, uma insatisfação generalizada com os sistemas políticos — sejam eles autoritários ou baseados na democracia representativa —, bem como com as formas tradicionais de organização política. Nesse cenário, emergiu a aspiração por um novo modelo de cidadanismo democrático, sustentado por práticas horizontais, descentralizadas e inspiradas em formas neonarquistas de organização e ação coletiva.

No contexto brasileiro, a atuação do Movimento Passe Livre – São Paulo (MPL-SP) foi determinante para o desencadeamento inicial das Jornadas de 2013, tendo como pauta central a revogação do aumento das tarifas do transporte público. Entretanto, ainda que essa reivindicação tenha sido o ponto de partida das mobilizações, rapidamente outras demandas sociais passaram a compor o repertório de reivindicações, ampliando o alcance político do movimento (Santarém, 2014).

À medida que novas pautas emergiram e extrapolaram a questão do transporte público, as Jornadas de 2013 assumiram um caráter plural e multitudinário, o que demandou a ampliação das análises sobre seus significados políticos e sociais. Assim, apesar de terem ocorrido há mais de uma década, as Jornadas permanecem como objeto de debate relevante, na



medida em que seus desdobramentos continuam a incidir sobre a realidade política e social contemporânea. Como aponta Antunes (2013), o ano de 2013 condensou “um conteúdo heterogêneo e polissêmico”, que expressava concepções relacionadas ao trabalho, à precarização, ao desemprego e, de forma ainda pouco explorada, às questões raciais.

Nesse sentido, a dimensão territorial emerge como elemento central para a compreensão das Jornadas, especialmente quando articulada às desigualdades raciais estruturais da sociedade brasileira. O território, historicamente, tem sido atravessado por problemáticas como o racismo, a baixa escolaridade, a pobreza, a violência e a ausência de saneamento básico. Essas articulações não são fortuitas, mas resultam de um processo histórico de discriminação racial que estruturou a formação social brasileira e que se manteve mesmo após o fim formal da escravização. Ainda hoje, a luta das comunidades negras e do Movimento Negro por políticas sociais e urbanas permanece marcada por limites e disputas, apesar da existência de avanços pontuais relevantes (Paula, 2019).

É a partir desse quadro que se insere o presente artigo, fruto da dissertação de mestrado intitulada “Formação política da militância negra nas Jornadas de 2013 do Rio de Janeiro”. (Silva, 2025). A dissertação integra uma pesquisa nacional mais ampla, denominada “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013 no Brasil: pautas educacionais, experiências escolares e formação política de jovens em protesto”³, cujo objetivo é compreender os processos formativos e políticos produzidos no interior das mobilizações.

³ Pesquisa coordenada por Luís Antonio Groppo e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIFAL-MG, com o CAAE 54907522.1.0000.5142. Dados e produtos da pesquisa estão disponíveis em: <https://www.unifal-mg.edu.br/jornadas2013/>



A metodologia adotada desenvolveu-se em três etapas. A primeira consistiu em uma pesquisa bibliográfica, na qual foram identificados 144 produtos acadêmicos — entre artigos, livros, capítulos, dissertações e teses — que abordaram distintas dimensões educacionais das Jornadas de 2013. Dentre esse conjunto, apenas seis trabalhos trataram diretamente das questões raciais, evidenciando a marginalidade desse debate na produção acadêmica sobre o tema. Na segunda etapa, com base nos estudos mapeados, foram realizadas 18 entrevistas semiestruturadas com pesquisadoras e pesquisadores que investigaram as Jornadas de 2013 em suas trajetórias acadêmicas.

A terceira etapa da pesquisa, que constitui o foco central deste artigo, envolveu a realização de 37 entrevistas semiestruturadas com militantes e ativistas que participaram diretamente das Jornadas de 2013. No município do Rio de Janeiro, foram realizadas sete entrevistas, sendo três com pessoas negras e quatro com pessoas brancas, conforme apresentado no Quadro 1. Neste artigo, ganham centralidade as narrativas das pessoas negras entrevistadas — Carolina Maria de Jesus, Zumbi dos Palmares e Luiz Gama —, uma vez que permitem evidenciar os processos de formação política, racialização das experiências e produção de sentidos a partir da militância negra. Ainda assim, as entrevistas com pessoas brancas mostraram-se fundamentais para a caracterização das Jornadas no contexto carioca e para a análise comparativa das experiências militantes a partir do recorte racial.

Quadro 1: Militantes e ativistas das Jornadas de 2013 do Rio de Janeiro.

RAÇA E TERRITÓRIO NAS JORNADAS DE 2013 NO RIO DE JANEIRO: EXPERIÊNCIAS DE
ATIVISTAS E MILITANTES DA RAÇA NEGRA DOI:
<https://doi.org/10.31418/revistaabpn.v18i47.2166>



Pseudônimo	Cor/ Raça	Idade nas Jornadas	Escolaridade	Organização em que atuou nas Jornadas	Ocupação profissional atual
Carolina Maria de Jesus	Negra	26	Graduada em Gestão de Recursos Humanos (Bolsista do PROUNI)	Movimento Cadê o Amarildo? e Coletivo de Favelas.	Assessora parlamentar
Luiz Gama	Preta	22	Graduado em História e na atualidade está Cursando Jornalismo.	Diretório Central dos Estudantes Mário Prata, Centro Acadêmico Maurício de Albuquerque, PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).	Assessor parlamentar
Zumbi dos Palmares	Preta	48	Fundamental incompleto. Cursando Educação de Jovens e Adultos (EJA)..	Liderança do Movimento dos Garis	Agente de Saúde Ambiental desempregado.
Samantha	Branca	32	Mestranda na linha de Tecnologias da Comunicação e Estéticas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Grupo Midiativismo Rio de Janeiro.	Documentarista e roteirista



Patrícia	Branca	35	Doutora em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense	Advogadativista e Fundadora do Grupo Habeas Corpus.	Pesquisadora
Marta	Branca	38	Doutora em Filosofia	Coletivo Redes e Ruas.	Historiadora
Lucimar	Branca	40	Superior Incompleto	Militante	Produtora desempregada

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”

O presente artigo tem como objetivo compreender como pessoas negras, marcadas pelo território – elemento definidor de muitas de suas mazelas sociais –, vivenciaram o ciclo de protestos das Jornadas de 2013 na cidade do Rio de Janeiro. Após estas considerações introdutórias, o artigo organiza-se em três partes. A primeira aborda as pautas raciais e territoriais das Jornadas no Rio de Janeiro, contextualizando esse ciclo de protestos na capital carioca por meio de revisão bibliográfica e da análise das experiências de ativistas e militantes negros e negras que concederam entrevistas. A segunda parte analisa a Greve dos Garis, durante o Carnaval de 2014, compreendida como uma luta de trabalhadoras e trabalhadores majoritariamente da raça negra, fomentada pelas dinâmicas políticas inauguradas pelas Jornadas de 2013. Por fim, as considerações finais retomam os principais resultados do estudo, com destaque para a busca da política institucional por ativistas e militantes negros e negras como estratégia de atendimento das suas demandas raciais, territoriais e trabalhistas.



JORNADAS DE 2013 DO RIO DE JANEIRO E SUAS PAUTAS RACIAIS E TERRITORIAIS

Sob o sentimento de insatisfação gerado pela não garantia de inúmeros direitos sociais que fundamentou as Jornadas de 2013, a população negra,

pobre e periférica também foi às ruas, influenciando a proposição de novos formatos de participação política. Na cidade do Rio de Janeiro, uma das principais pautas que mobilizaram esse segmento da população foi a violência policial, praticada de forma desproporcional contra meninos, adolescentes, jovens e homens negros, especialmente aqueles residentes em comunidades periféricas. A esse respeito, Cerqueira e Thâmara (2014, p. 29) afirmam que:

[...] A ditadura militar no Brasil terminou em 1985 e nos deixou um filhote, a Polícia Militar (PM), e após esses 29 anos, a PM continua utilizando seus mesmos métodos com a juventude negra, nos encarcerando, criminalizando e matando.

Um ano antes das Jornadas de 2013, 412 moradoras e moradores de favelas cariocas tiveram suas vidas tiradas pela polícia do Rio de Janeiro. Grande parte desses assassinatos ocorreu no interior das próprias comunidades, entre becos e vielas. A marginalização e a criminalização em massa dessas populações pelo Estado, somadas a um genocídio que antecede e ultrapassa as Jornadas de 2013, encontram explicação na herança colonial e escravocrata ainda operante na sociedade brasileira, cujo principal marcador estruturante é o racismo.

Durante as mobilizações das Jornadas de 2013, emergiram no Rio de Janeiro movimentos como o Ocupa Alemão e o Ocupa Borel. Influenciados por iniciativas globais, como o Occupy Wall Street, esses movimentos tiveram como eixo central de mobilização a revolta contra o assassinato sistemático de meninos, adolescentes, jovens e homens negros pelas ações da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) (Cerqueira; Thâmara, 2014).



No contexto das manifestações cariocas, em julho de 2013 ocorreu o assassinato de Amarildo Dias de Souza, ajudante de pedreiro, homem negro e morador da favela da Rocinha, morto durante uma operação da Unidade de

Polícia Pacificadora que resultou na prisão de 30 pessoas. Amarildo foi detido ao retornar de uma pescaria e, desde então, seu desaparecimento e morte passaram a simbolizar a violência estatal direcionada à população negra e favelada. A prisão arbitrária, o assassinato sem justificativa e o desaparecimento de seus restos mortais, aliados à mobilização de seus familiares e ao contexto nacional das Jornadas de 2013, culminaram na Campanha Internacional “Cadê o Amarildo?”.

Essa campanha reavivou a memória dos corpos desaparecidos durante a Ditadura Militar, sobretudo dos corpos negros historicamente invisibilizados pela historiografia brasileira (Cerqueira; Thâmara, 2014).

Ainda hoje, doze anos depois, os restos mortais do ajudante de pedreiro Amarildo não foram encontrados. A recorrente necessidade de destacar sua profissão antes mesmo de seu nome evidencia o esforço de reafirmar sua humanidade diante de uma estrutura social que tende a marginalizá-lo unicamente por ser um homem negro e favelado. Para Gonzalez e Hasenbalg (1982), assim como para Pereira et al. (2025), essa desumanização dos corpos negros é produzida pelo racismo e opera como uma justificativa simbólica e material para o exercício do domínio e da violência sobre essas populações. No caso de Amarildo, tal processo permite dimensionar como se constrói a naturalização do genocídio da população negra na sociedade brasileira (Bezerra, 2021).

Nesse sentido, uma de nossas entrevistadas, militante de um movimento comunitário carioca, revela:



A gente vive em uma sociedade onde a pessoa é rotulada. Daí, então, existe um aval do Estado e da sociedade para ser um corpo exterminável, este aval é ser uma pessoa negra. Isso foi o que matou e criminalizou meu familiar, a ponto de não podermos nos despedir e ter a garantia de justiça pelo seu assassinato (Carolina Maria de Jesus, 2023).

Diante da revolta e a busca de justiça por Amarildo, e de tantos outros corpos violentados, foi montado, durante as Jornadas de 2013, um coletivo composto majoritariamente de moradoras e moradores do Complexo Alemão, para pensarem, exporem e lutarem pelas demandas das pessoas marcadas pelo território e pela raça. O foco central das discussões, objeto de mobilização do coletivo, era o direito à cidade e a cidade que pessoas como elas precisavam ter para a garantia do seu direito de viver. Essas reivindicações decorreram sob três vertentes: o direito à moradia, direito à vida e o direito à produção simbólica de si e do lugar em que se vive (Thâmara, 2014).

As reivindicações pelo direito à moradia fizeram parte dos movimentos contra as remoções causadas pelas obras da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos. O movimento contra os megaeventos se fez presente principalmente nas comunidades que tiveram famílias removidas e casas desmoronadas pelas construções de equipamentos esportivos e turísticos voltados aos jogos esportivos. Outrossim, o que muito influenciou na condução deste movimento foi a irresponsabilidade governamental, que priorizou estas instalações, mas nunca se preocupou com a garantia de saneamento básico nas comunidades brasileiras, sendo elas as maiores vítimas de doenças infecciosas (Cerqueira; Thâmara, 2014). Nas Jornadas de 2013, houve a reivindicação das comunidades por acesso aos direitos fundamentais nunca garantidos. Neste ínterim, vislumbra-se que, ao se ter a negação tais direitos, é retirada dos sujeitos a condição de pessoas humanas:



Então, a gente também estava aqui brigando por saneamento básico, porque é uma luta que a gente tem aqui na Rocinha, sendo inclusive bem antiga. Tinha muitas valas ao ar livre, enfim. Então eu já fazia parte do “Rocinha Sem Fronteiras”, o qual é um movimento daqui da Rocinha que fala sobre os problemas comunitários que a gente sempre atravessou aqui na favela. Com isso, a gente fez alguns atos de unificação aqui na Rocinha e no Vidigal, para ir na porta do governador,

então marcamos dois ou três atos indo direto na porta do governador. Fora os outros atos que já participei na minha vida (Carolina Maria de Jesus, entrevista, 2023).

Entretanto, na relação interseccional entre raça e território, nota-se que o genocídio da população negra e favelada inicia-se pela negação dos direitos fundamentais da vida humana, sendo a militarização — que mata e discrimina diariamente sem nenhuma punição — uma decorrência disso. Consoante a essa perspectiva, para realizar uma análise sobre a temática do território nas Jornadas de 2013, faz-se necessário, antes, explanar a respeito da relação entre o conceito de racismo e o de território. O conceito de racismo:

[...] é essencial para a compreensão dos territórios, já que pessoas negras compõem, em sua maioria, o déficit habitacional. Sempre lhes foi negado o direito à propriedade, e por muitos séculos até o seu próprio corpo. É primordial ressaltar que não se tratam de práticas discriminatórias individuais, mas de políticas de Estado, que ora se desobriga em conceder à população negra os seus direitos, ora formulou políticas públicas que promoveram barragens ao acesso. A Lei de Terras de 1850 é um importante marco nesse aspecto, em um contexto histórico que já sinalizava expressivamente o final da escravatura, assim como a transição progressiva para o trabalho livre. É uma legislação que faz parte de um amplo processo demandado pelo capitalismo e pela industrialização, que não somente regulamentou a posse da terra no país, mas a manteve nas mãos dos latifundiários. Ao relacionar obrigatoriamente a posse com a compra das terras, a referida lei impediu o acesso de uma grande massa de negros já libertos, considerando que não possuíam condições de comprá-las e que o Estado se desvincilhava da condição de doador. No contexto descrito, a manutenção e centralização das terras tiveram um impacto significativo, presumindo que no processo de transformação do trabalho escravo para o trabalho livre, os negros começam a ser descartados pelos



imigrantes europeus, “que possuíam melhor qualificação” para a emergente industrialização. Forma-se então uma imensa massa de trabalhadores e ex-escravizados que passam a não ter um lugar na organização da produção assalariada (Paula, 2019, p. 67).

Essa relação, somada às falas dos depoentes, sobretudo ao relato de Carolina sobre a dor de ser uma mulher negra de comunidade, nos faz revisitar o passado para analisar o contexto de sofrimento que conduziu pessoas negras a participarem das Jornadas de 2013. Quando solicitadas a descrever sua participação nas Jornadas, o território aparece nas entrevistas como um elemento central da pauta de luta pela vida de pessoas negras e contra a violência policial:

[...] minha luta é incessante por ser uma mulher negra e moradora de favela. Eu sempre preciso estar atenta para uma operação policial. Porque aqui no meu portão, as crianças que de tanto entrarem e saírem quebraram a fechadura, e aí fico pensando, se tiver uma operação policial no meu portão, eu tenho que pensar em como vai ser, porque eles vão acabar entrando aqui na minha casa. [...] Minha participação nas Jornadas antes de tudo significava esperança, e hoje não é que a esperança morreu, ela está em algum lugar, mas o meu grito era nas Jornadas, era para que mais nenhum preto favelado morresse. Gostaria que aqueles fossem os últimos, mas não foi (Carolina Maria de Jesus, entrevistada, 2023).

O relato de Carolina, como visto, ainda trouxe que as Jornadas de 2013 a fizeram, no início, ter esperança no fim do genocídio da população negra, marcada para morrer pela cor de sua pele e por seu território de moradia. Esperança que, entretanto, ainda não se concretizou.

Ainda nos referindo às desigualdades impostas pelo território e pela raça, temos o relato de Luiz Gama, ao ser questionado sobre a presença de pessoas da periferia nas Jornadas e sobre os atos realizados nas periferias:

Então, assim, eu acho que teve pouco. Esse é um problema que a gente tem até hoje, pouco a gente consegue mobilizar especialmente a periferia e não tem vínculo de fora. O que tô chamando de vínculo de fora? Tipo, alguém mora na periferia do Rio de Janeiro, mas estuda na



universidade. E aí, a universidade ficou sabendo. Tipo é alguém da periferia, mas trabalha num lugar, num sindicato, num lugar sindicalizado, num emprego, não sei o que, e foi mobilizado, entendeu? Construiu um partido e por isso, foi mobilizado. Quem não tem vínculo com aquele território é muito difícil levar para atos, fazer atos no Centro, porque a cidade é excludente (Luiz Gama, entrevista, 2023).

Por meio da fala de Luiz Gama, é possível analisar a negação do direito à cidade às pessoas periféricas, o que é fruto de um processo de urbanização que não se concretizou como ruptura com o passado, uma vez que o mundo social permaneceu hierarquizado, mesmo diante dos avanços das políticas raciais e sociais. A população pobre no Brasil é composta, majoritariamente, por pessoas negras; uma das premissas geradoras desse fato é que, no período de construção das cidades, pessoas negras foram consideradas sub-humanas pela cor de sua pele. Esse entendimento, inclusive, ainda opera, de forma velada, como justificativa para um elitismo segregacionista e utópico que continua a excluir pessoas negras do espaço urbano (Rezende; Andrade, 2022).

A raça e sua intersecção com o território revelam algumas das múltiplas opressões e desigualdades estruturais vivenciadas por pessoas negras. Para Milton Santos (1996–1997), a cidadania refere-se ao respeito à dignidade de cada pessoa humana; sem isso, a cidadania é mutilada. A partir dessa definição, observa-se que as pautas das Jornadas de 2013 decorrem de uma cidadania mutilada, configurando-se como reação à negação de direitos sociais e existenciais. Os relatos das pessoas entrevistadas evidenciam essa realidade de forma contundente. Um dos exemplos, como mencionado anteriormente, refere-se ao modo como pessoas negras são mortas cotidianamente pelas mãos da polícia, uma das forças centrais do Estado. Ainda sobre a negação do direito à cidade e a cidadania mutilada vivenciada por pessoas negras, apresentamos a fala de Zumbi dos Palmares:



Ali na praça Mauá, muitos negros foram ali chicoteados e mortos, e agora querem revitalizar a praça Mauá, se aquele local, quem pisou ali foram negros, ali tem sangue de negro, ali tem ossos de negros que eram enterrados, por que não colocam essa população para revitalizar ali? E dar moradia para eles, Minha casa, Minha Vida ali? Porque têm

que colocar eles na periferia, você vai ver quem é que vai ocupar aquilo ali (Zumbi dos Palmares, entrevistado, 2023).

Concordante à fala do depoente, Sueli Carneiro (2011), ao analisar o racismo e o sexismo, aponta que, na condução do racismo, pessoas negras são direcionadas à ocupação de lugares sem prestígio social, como exemplifica a associação de mulheres negras ao trabalho doméstico. Com isso, assim como demonstra a fala de Zumbi, pessoas negras não são direcionadas à ocupação dos espaços centrais da cidade, pois a cor de sua pele as vincula a territórios considerados subalternos pelo Estado. As remoções ocorridas no contexto das obras para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, que também se constituíram como pauta das Jornadas de 2013, evidenciam esse processo de forma explícita.

Com base nisso, o racismo configura-se também como um processo político que influencia a organização da sociedade, incidindo, inclusive, sobre onde e como as pessoas irão morar, o que possibilita e reforça práticas discriminatórias.

A participação política foi fomentada pela luta pelo direito à cidade, o que levou militantes negras e negros, como Zumbi dos Palmares, a considerar a necessidade de ocupar os espaços da política institucional.

A institucionalidade é criada somente para a emissão do nosso voto, não para a ocuparmos. Eu não quero que uma pessoa que nunca passou fome, ficou sob uma educação de má qualidade, nunca ficou desempregado, que não sabe o que é pegar um transporte público, não sabe o que é pegar um trem lotado, venha falar por mim, que venham falar por nós, quem tem que falar por nós, somos nós que passamos por este sufoco! Então, eu disputo, sim, a institucionalidade! E é importante



disputarmos a institucionalidade, ainda que não seja para nós (Zumbi dos Palmares, entrevistado, 2023).

Zumbi afirma o quanto era reduzida a participação política institucional de pessoas negras até então, o que ele atribui a toda a historicidade da política institucional brasileira, ocupada, em grande medida, quase exclusivamente pela branquitude. Contudo, 2013, de forma paradoxal, apesar da presença de elementos como o apartidarismo nos movimentos autonomistas e do antipartidarismo que marcou algumas das grandes manifestações de 2013, levou diversos grupos minoritários a concluir que era necessária uma maior ocupação desses espaços institucionais para o atendimento de suas demandas e necessidades (Silva et al., 2025).

O depoimento de Samantha, além de representar essa compreensão, defende a importância de pautas denominadas identitárias, como as raciais, que nem sempre são compreendidas pelo próprio campo partidário das esquerdas:

A grande representatividade política de mulheres negras, na atualidade, é fruto das Jornadas de 2013. Vimos a necessidade de ter pessoas mais parecidas com o que a gente pensa no espaço de poder. E aí a gente entra em conflito a esquerda autoritária, partidária, que não entende as lutas identitárias, que inclusive desqualificam a luta identitária e colocam a luta identitária como um problema (Samantha, entrevistada, 2023).

Como se pode notar, as Jornadas de 2013, assim como as inúmeras organizações ligadas ao movimento negro, cumpriram um papel de redemocratização, tanto que Nunes (2023) destaca o reconhecimento progressista que as mobilizações de 2013 tiveram, especialmente para a



população negra, que pôde se formar politicamente por meio de sua participação no movimento. A esse respeito, observa-se, por exemplo, a eleição de parlamentares negras e negros que tiveram esse desejo fortalecido durante sua participação nas Jornadas, as quais se caracterizaram, desse modo, como um intenso processo de formação política:

No ano de 2020, Matheus Gomes, um dos membros do Bloco de Lutas de Porto Alegre, coordenador-geral do Diretório Central de Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na época, foi eleito vereador pelo PSOL. [...] Em 2020, Paula Nunes também foi eleita vereadora na cidade de São Paulo com um mandato coletivo e feminista, a Bancada Feminista do PSOL, a qual Paula Nunes é filiada desde 2017. Também na Câmara Municipal de São Paulo, a Uneafro Brasil elegeu um mandato coletivo pelo PSOL, o Quilombo Periférico. No ano de 2022, no mesmo processo eleitoral que Lula derrotou Bolsonaro, Paula Nunes foi eleita codeputada estadual com a Bancada Feminista do PSOL, em um mandato em que é representante legal (Nunes, 2023, p. 45-46.).

A propagação, em maior número, de mandatos coletivos na política brasileira, principalmente aqueles idealizados por pessoas negras em partidos considerados progressistas, é fruto dos questionamentos à política representativa tradicional, questionamento que ajudaram a inspirar as Jornadas de 2013 (Magarian, 2023).

As Jornadas de 2013 também geraram diversos desdobramentos para o feminismo negro e para a ampliação da representatividade de mulheres negras na vida política, algo bastante incomum nas décadas anteriores. Em 2015, mais de 50 mil mulheres negras de todo o território brasileiro participaram, em Brasília, da Marcha das Mulheres Negras. A marcha elaborou um documento com demandas das mulheres negras, entregue à presidenta Dilma Rousseff. Em 2016, foram eleitas as vereadoras Áurea Carolina (Belo Horizonte), Marielle Franco (Rio de Janeiro) e Talíria Petrone (Niterói), pelo PSOL (Nunes, 2023).

No depoimento de uma de nossas entrevistadas, identifica-se que



Marielle Franco também foi uma das protagonistas das Jornadas de 2013, especialmente na luta das comunidades:

Nossa, a Marielle foi muito referência na nossa luta [...]. De pegar a nossa mão e de quando via que a gente já tava naquele esgotamento, tava ali jogando o corpo para proteger a gente, sabe? (Carolina Maria de Jesus, entrevista, 2023).

No ano de 2018, ocorreu o brutal assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes. O protagonismo de Marielle Franco na luta pelos direitos humanos, pelos direitos das mulheres, das pessoas da periferia e contra o racismo, fez com que o impacto de seu homicídio ecoasse por todo o mundo, mantendo Marielle presente mesmo após sua morte. Como reflexo da força de uma mulher negra e militante que lutava pela dignidade de seu povo, diversas mulheres negras passaram a ocupar cadeiras legislativas. Ademais, a eleição de mulheres negras também é fruto das pautas levantadas nas Jornadas de 2013, como bem demonstra o relato de uma de nossas depoentes:

A eleição da Marielle e depois a ocupação das mulheres negras no espaço de poder como uma resposta ao assassinato da Marielle, seja lá uma consequência entre muitas aspas, é um movimento que tem a ver com o que a esquerda que participei, a esquerda autônoma de 2013, pedia nas ruas. E essa também, essa ocupação, não é exatamente ocupação, mas esse crescimento das questões identitárias no campo da esquerda como uma força política (Samantha, entrevista, 2023).

Como outro reflexo da trágica morte, da força e da luta de Marielle Franco, foi implantado, no atual governo Lula, o Ministério da Igualdade Racial, do qual Anielle Franco, mulher negra, jornalista, educadora e irmã de Marielle Franco, é ministra. Esse ministério possui enorme relevância para a negritude em nosso país, pois, por meio dessa instituição, são pensadas e executadas políticas públicas que buscam atender às reais necessidades do povo negro brasileiro, além de se constituir como um espaço que tem, entre seus principais enfoques, o combate ao racismo na sociedade brasileira.



AS JORNADAS E A GREVE DOS GARIS NO CARNAVAL DE 2014

A participação nas Jornadas de 2013 despertou, na classe trabalhadora, negra e pobre, o sentimento de que a reivindicação popular pode gerar resultados positivos para suas demandas trabalhistas e sociais. Com isso, as Jornadas de 2013 contribuíram para a união de forças coletivas da classe trabalhadora. Em 2014, trabalhadoras e trabalhadores da Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro (Comlurb-Rio), em sua maioria pessoas negras, conhecidas popularmente como “garis”, protagonizaram um dos maiores levantes proletários oriundos das Jornadas de 2013, que posteriormente se consolidou como uma greve de massas.

Segundo nosso depoente, Zumbi dos Palmares, um dos grevistas que veio a ser demitido e que, atualmente, é militante do Círculo Laranja, os “garis” estiveram presentes nas Jornadas de 2013, embora não de forma organizada. Ainda assim, as mobilizações de 2013 serviram como um importante impulso para a reivindicação e a organização das trabalhadoras e dos trabalhadores da limpeza urbana frente aos abusos que vinham sofrendo:

[...] em 2013 os garis participaram, mas não participaram organizadamente, estavam organizados com o povo. Mas desperta nos trabalhadores a seguinte característica: se milhares de pessoas que não se conhecem conseguem se organizar para lutar pelos seus direitos, como que nós que fazemos parte da maior companhia de limpeza urbana da América Latina, se nós minimamente nos conhecemos reciprocamente, não podemos nos organizar? Então, pegamos a energia da manifestação das Jornadas de 2013 e construímos junto aos trabalhadores que era possível nos organizarmos na luta por direitos. Então, quando a gente parte para uma luta, primeiro que a gente rasga um véu, até porque a população carioca tinha na sua consciência que o trabalhador da Comlurb é estatutário. Mas, ainda que ele faça um concurso, ele não é estatutário, porque no imaginário da população o cara que é estatutário ele ganha super bem e lá não ganha. Então o trabalhador da Comlurb é regido pela CLT, ainda que seja funcionário da prefeitura, ele é funcionário, ele não é servidor. E aí rasga-se o véu porque mostra primeiro o salário baixo, péssimas condições de trabalho,



De acordo com Silva (2018), considerando o histórico de quem são

essas trabalhadoras e trabalhadores e suas pautas, há a necessidade de compreender esse movimento como uma greve negra contemporânea, pelo fato de a categoria ser composta, em sua grande maioria, por pessoas negras. Contudo, o que tornou essa greve ainda mais marcante foi sua autonomia e bravura, responsáveis pela conquista de importantes vitórias. Autonomia, inclusive, em relação ao sindicato que oficialmente representava as e os agentes de saúde ambiental, o qual havia firmado um acordo prévio com a Prefeitura para um aumento muito aquém do que as e os agentes demandavam. Zumbi foi uma das lideranças dessa greve, que contestava tanto os patrões quanto a própria representação sindical (Braga, 2017).

Dentre as reivindicações apresentadas pela categoria, algumas estavam diretamente relacionadas às péssimas condições de trabalho às quais as trabalhadoras e os trabalhadores estavam submetidos. Vivenciavam situações humilhantes e consideradas desumanas; suas reclamações giravam em torno da ausência de uniformes, da falta de equipamentos de proteção individual adequados, dos baixos salários e de uma representação sindical desfavorável à garantia dos direitos trabalhistas. Tal cenário é compreendido como fruto de um sistema neoliberal que desumaniza e retira das trabalhadoras e dos trabalhadores a garantia de direitos trabalhistas mínimos (Silva, 2018).

Com essa mobilização, que posteriormente se transformou em uma greve classista, as trabalhadoras e os trabalhadores romperam com a condição desumana à qual vinham sendo submetidos e afirmaram-se como sujeitos reagentes ao sistema opressor imposto desde o período escravocrata. Nesse período, as e os primeiros garis eram pessoas escravizadas que, por serem



negras, eram desumanizadas e submetidas a condições insalubres de trabalho.

Essa situação pouco se distingue da realidade das e dos “garis” na atualidade, que, mesmo aprovados por concurso público, continuam sendo desrespeitados

como pessoas e como trabalhadoras e trabalhadores, tratados como objetos passíveis de descarte a qualquer momento por uma empresa ou por representantes políticos:

Uma categoria composta majoritariamente por negras e negros, se você for fazer uma pesquisa de como se deu a contratação dos primeiros garis, na época do Aleixo, juntamente com o Dom João VI, você percebe que os primeiros contratados foram os escravos. Então as péssimas condições de trabalho vem desde aquela época, sendo praticado na Comlurb, a maior empresa de limpeza urbana da América Latina, a qual é referência em limpeza, é praticada a lei da política escravocrata, onde eles demitem à revelia o trabalhador, não respeitando o concurso dele e não dá direito a ele a uma ampla defesa. É contraditório, não dá a ele (o trabalhador) o direito de responder o inquérito administrativo, e quem os demitem? Aqueles indicados por políticos, que não prestaram um concurso, que não têm responsabilidade social com a cidade, mas utilizam o aparato da prefeitura para o seu projeto político (Zumbi dos Palmares, entrevista, 2023).

Graças à luta travada pela categoria, a conjuntura do movimento se transformou em uma greve de massas, organizada pelas próprias trabalhadoras e trabalhadores, que montaram a Comissão de Greve e promoveram atos de rua, com o apoio de diversos movimentos populares, estudantis e sindicais. Com toda a pressão, a Prefeitura e a Comlurb foram obrigadas a atender às reivindicações da greve, inclusive a readmissão de alguns grevistas. Para esse alcance, a decisão das e dos grevistas de fazer pressão deixando de recolher o lixo no Carnaval de 2014 foi crucial, não apenas para a garantia dos direitos trabalhistas mínimos, mas também para a conscientização social sobre a importância de seu trabalho para a saúde urbana (Silva, 2018).



Como fruto da Greve dos “garis”, foi fundado, em 2015, o Círculo Laranja, que consiste em uma associação sem fins lucrativos e apartidária, formada por voluntárias e voluntários com distintas formações. A instituição atua

efetivamente nas esferas ambiental e educacional, além de trabalhar na identificação da importância que as e os “garis” têm para a sociedade, a começar pela substituição do termo “gari” por agente de saúde ambiental; isso significa reconhecer a relevância de tais profissionais na prevenção de riscos sanitários:

Porque, cara, se deixarmos de recolher o lixo, vai proliferar ratos, insetos, o lençol freático vai ser contaminado, olha como essa profissão é importante! No passado sempre tentaram mostrar que os garis não eram importantes, eu lembro quando estudava, o cara falava: “Olha, se você deixar de estudar, vai se tornar lixeiro, hein!” Como se fosse a pior profissão do mundo, e olha que somos uma das profissões mais importantes, se não tiver limpeza, já era, acabou! Então reconhecer o gari como agente de saúde é importante, dar melhores condições de trabalho é importante, valorizar seu salário é importante. Esses trabalhadores trabalham de forma precarizada, como lhe falei, isso vem da época da primeira proclamação, que esses trabalhadores eram reconhecidos como tigres. E não eram porque eles eram fortes, bravos, não, era porque eles carregavam as fezes, e urinas dos poderosos, escorria fezes e urina nos corpos deles, secava e ficavam aquelas listras brancas e eles eram chamados tigres por conta disso. Então essa precarização do trabalhador da limpeza urbana, ela vem dessa época. Veja, cara, uma profissão tão importante que na época da pandemia se fez a lista dos profissionais que iriam ser prioridade na vacinação, incluíram os garis? Não! Não incluíram, e por que não incluíram? Porque é negro, mais um que morre, não incluíram, não viram essa importância, mas os caras estavam lá, fazendo higienização da cidade (Zumbi dos Palmares, entrevista, 2023).

Contudo, a luta dessas e desses agentes de saúde ambiental por direitos exigiu que elas e eles construíssem, como coletivo, uma capacidade política organizativa, criativa e de resistência para terem sua voz ouvida, após inúmeros anos em que lhes foi imposta, pela branquitude, a passividade e a aceitação da opressão. Esse processo também consiste em aspectos decisivos e



importantes na luta diária por um reconhecimento efetivo por parte da sociedade e da representatividade política que temos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das Jornadas de 2013 no Rio de Janeiro, sob o enfoque da interseccionalidade entre raça e território, revela que elas consistiram em um tempo e espaço estratégicos de denúncia, resistência e articulação política para pessoas que tiveram a raça e o território como elementos centrais de suas pautas de reivindicação. Nesse contexto, compreendemos o território como uma expressão material das desigualdades sociais e raciais, o qual desempenha papel determinante nas formas de exclusão vivenciadas, sobretudo, por pessoas negras. Como exemplo emblemático, destacam-se o caso de Amarildo e dos 412 jovens negros mortos pela polícia no interior das favelas cariocas entre 2012 e 2013.

As manifestações impulsionadas pelas Jornadas de 2013, como aquelas protagonizadas por trabalhadoras e trabalhadores da limpeza urbana do Rio de Janeiro, demonstram que esses eventos também atuaram como catalisadores para a emergência política de grupos historicamente subalternizados. A Greve dos Garis, em 2014, por exemplo, não se limitou a uma reivindicação trabalhista, mas expressou, de forma contundente, a dimensão racial do trabalho precarizado e da luta por reconhecimento. Desse modo, a construção do coletivo Círculo Laranja reforça a resistência como dimensão central da legitimação política.

Ademais, é possível identificar impactos significativos das Jornadas de 2013 na reconfiguração política brasileira. A eleição de mulheres negras e de lideranças oriundas das periferias constitui um exemplo relevante destacado neste artigo. Tais reconfigurações indicam que, apesar da violência policial



sofrida de maneira desproporcional por pessoas negras e faveladas durante as Jornadas de 2013, a participação desses sujeitos nos protestos contribuiu para a ampliação de sua presença nos espaços decisórios, possibilitando a construção de novas alternativas no campo da política institucional.

Desse modo, afirmamos que as Jornadas de 2013 constituem um campo imprescindível para a compreensão das desigualdades sociais, especialmente daquelas que atingem pessoas negras e periféricas. A partir das considerações apresentadas neste artigo, concluímos que as Jornadas de 2013 fomentaram a produção de novas identidades políticas e ampliaram a participação social de grupos historicamente silenciados, em uma proporção até então inédita na história brasileira.

REFERÊNCIAS

Antunes, Ricardo. 2013. *As rebeliões de junho*. OSAL (Observatorio Social de América Latina) XIV (34): 37–49. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20131107012902/osal34.pdf>. Acesso em 15 mar. 2023.

Bezerra, Carina Felix. 2021. *Modernidade, Colonialidade e os corpos indesejáveis: o genocídio negro no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26826>. Acesso em 10 mar. 2023.

Braga, Rui. 2017. “Os sentidos de junho.” In *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*, 63–92. São Paulo: Boitempo.

Cerqueira, Jéssica, e Thamyra Thâmara. 2014. “Junho, e a juventude negra?” *Nueva Sociedad*, Especial em português, 27–36. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/3_Cerqueira_EP.pdf. Acesso em 30 jan. 2024.

Gonzalez, Lélia, e Carlos Hasenbalg. 1982. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero.



Magarian, Barbara Rebeca Alves. 2023. "Os mandatos coletivos no Brasil à luz do conceito de institutional by-pass." *Revista de Sociologia e Política* 31: e003.

Nunes, Paula. 2023. "Sobre Junho de 2013 e movimento negro contemporâneo." In *Junho a rebelião fantasma de 2013*, organizado por Breno Altman e Maria Carlotto, v. V, 37–47. São Paulo: Boitempo.

Paula, Aline Batista. 2019. "Territórios desiguais – racismo e o acesso à cidade." (SYN)THESIS 9 (2): 64–82. <https://doi.org/10.12957/synthesis.2016.46031>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/synthesis/article/view/46031>. Acesso em 12 ago. 2024.

Pereira, T. H., João Vitor Rodrigues Costa, Carlos Antônio dos Santos, e Leonardo Freire Costa. 2025. "Olhar inconsciente do corpo: raça e discriminação na percepção de jovens negros." *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)* 16 (44). Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/2137>. Acesso em 28 ago. 2025.

Rezende, Ana Flávia, e Silva Luís Fernando Andrade. 2022. "Direito do Negro à Cidade: de uma Formação Socioespacial Racista à Utopia Lefebvrina." *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana* 14: e20210438. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/Urbe/article/view/29615>.

Santarém, Paulo Henrique da Silva. 2014. *A cidade de Brasília-DF: conflitos sociais e espaciais significados na raça*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade de Brasília.

Santos, Milton. 1996/1997. "As cidadanias mutiladas." In *Preconceito*, editado por Julio Lerner, 1ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

Silva, Gislene da, et al. 2025. "Jornadas de 2013 e a questão racial no Brasil: trajetórias e experiências de jovens ativistas e militantes negras e negros." *Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros* 7 (17). Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/23625>.

Silva, Selmo Nascimento da. 2018. "O ciclo de greves contemporâneas no Brasil: o levante proletário de 2013 e a experiência da greve negra dos garis do Rio de Janeiro de 2014 numa perspectiva anarquista." *Revista Espaço Acadêmico* 18 (210): 89–101.

Thâmara, Thamyra. 2014. "Rio de Janeiro. Junho Preto: Favelado ocupando as ruas." In *Potência das ruas e das redes*, organizado por Aline Moraes et al., 157–176. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert.



Recebido em: 01/10/2025

Aprovado em: 28/01/2026